

Surdez como matriz de experiência

Deafness as matrix of experience

PEDRO HENRIQUE WITCHS

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil. Capes. CNPq. E-mail: pwitchs@gmail.com

MAURA CORCINI LOPES

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, Brasil. CaPes. CNPq. E-mail: maura@unisinos.br

RESUMO:

O artigo apresenta uma discussão sobre o entendimento da surdez como *foco* ou *matriz de experiência*. Para tanto, tensiona, desde a perspectiva dos estudos foucaultianos em educação, modos de ser surdo produzidos e regulados em contextos de educabilidade surda. Utiliza a governamentalidade como uma grade de inteligibilidade na qual se inscrevem práticas de constituição da surdez, e opera com a normalização, o governo e a subjetivação como ferramentas teórico-metodológicas. A partir da discussão, destacam-se a descrição de três eixos que constituem a surdez como matriz de

ABSTRACT:

The paper presents a discussion about the understanding of deafness as focus or matrix of experience. Therefore, it stresses ways of being deaf produced and regulated in deaf educability contexts according to the foucauldian studies in Education. It uses the governmentality as an intelligibility grid, which are inscribed practices of deaf constitution, and operates with the normalization, the government and the subjectivity as theoretical-methodological tools. From the discussion, highlighted the description of three axes that constitute deafness as matrix of experience: the production of knowledge about deafness and deaf people, the norma-

experiência: a formação de saberes sobre a surdez e os surdos, a normatividade de seus comportamentos e seus modos de subjetivação.

tivity of their behaviors and their ways of subjectivation.

PALAVRAS-CHAVE: Surdez. Matriz de Experiência. Educação de Surdos.

KEYWORDS: Deafness. Matrix of Experience. Deaf Education.

Introdução

Na primeira vez em que a presença da surdez foi percebida no conjunto de características que compõem um indivíduo, uma linha invisível demarcou as fronteiras da posição que, historicamente, seria ocupada por aqueles que passaram a ser chamados de surdos. Entendemos essa linha como uma invenção histórica, que é tomada como natural e, algumas vezes, como inevitável na composição de um tipo específico de pessoa. Nosso objetivo com essa discussão é oferecer um modo de entender a constituição dos surdos, assumindo a surdez como um *foco* ou uma *matriz de experiência*.

O texto compõe os desdobramentos possibilitados por uma pesquisa em desenvolvimento sobre os processos de subjetivação de surdos no âmbito de sua educação. Para sustentar esse modo de entender a surdez, utilizamos a noção de governamentalidade como uma grade de inteligibilidade na qual se inscrevem práticas de constituição da surdez, e que colocam em operação a normalização, o governo e a subjetivação de surdos.

Por práticas, assumimos aquilo que, na perspectiva dos estudos foucaultianos, é entendido como uma racionalidade ou regularidade que organiza o que os sujeitos fazem quando falam ou quando agem, constituindo uma experiência ou um pensamento (CASTRO, 2009). Nesse sentido, a discussão possui um *a priori* que não é de verdades que poderiam ser “apresentadas à experiên-

cia; mas de uma história determinada, já que é das coisas efetivamente ditas” (FOUCAULT, 1995, p. 146) que ele trata. Trabalhar desde um *a priori* histórico significa não propor a análise de como a experiência da surdez deva ser constituída, mas sim como ela tem sido constituída ao longo do tempo.

Desse modo, organizamos o texto em três partes: a primeira compreende uma breve contextualização da noção de experiência no âmbito da teorização de Michel Foucault; em seguida, descrevemos a inscrição da surdez na lógica da governamentalidade e de sua relação com o poder normalizador; na terceira parte, para fins metodológicos de pesquisa, mostramos como acontece a articulação de práticas relacionadas com os três eixos que constituem a surdez como uma matriz de experiência: a formação de saberes sobre a surdez e os surdos, a normatividade de seus comportamentos e a constituição de seus modos de ser.

1. A experiência como uma forma histórica de subjetivação

No conjunto da obra de Foucault, o termo “experiência” possui uma certa importância. Podemos mencionar, dentre tantas outras por ele analisadas, a experiência da loucura, a experiência onírica, a experiência patológica e a experiência da sexualidade. Aqui, propomos entender a experiência da surdez, assumindo-a conforme Michel Wieviorka (2002, p. 157) a descreveu: “singular, dotada de uma grande espessura histórica, e ao mesmo tempo governada por destinos individuais”.

Entendemos ser necessário justificar o uso que fazemos da palavra surdez para referir essa matriz de experiência, em vez de alternativas como *deafhood*¹ ou *ser surdo*², que compreendem a experiência surda desde seu aspecto cultural. Apesar de concordarmos com essas alternativas, entendemos que elas estão datadas em um determinado momento que não contempla a espessura histó-

rica da experiência da surdez. Entendemos que “as palavras, como as ideias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (SCOTT, 1995, p. 71).

Se posta em relação com a alternativa *deafhood*, é possível problematizar a negatividade da palavra surdez desde a etimologia: na língua inglesa, um estado de ser é indicado pelo sufixo *-hood*, tal como pode ser encontrado nas palavras *childhood* (infância) e *neighborhood* (vizinhança). Com relação à palavra *deafness*, seu sufixo *-ness* – ao contrário do sufixo *-less*, que indica falta ou ausência de algo – não carrega, em si, uma noção negativa, já que indica o estado ou a qualidade de algo, como, por exemplo, em *happiness* (felicidade) e *fullness* (plenitude). A negatividade atribuída à *deafness*, portanto, parece querer incorporar a essa palavra uma essência epistemológica.

É possível pensar, portanto, que a palavra surdez adquiriu sentidos negativos a partir do momento em que foi colocada em relação a uma norma auditiva. Entretanto, não é com esses sentidos que a utilizamos aqui, uma vez que entendemos não ser possível sustentar a possibilidade de “represar, de aprisionar e fixar o significado, de uma forma que seja independente do jogo da invenção e da imaginação humanas” (SCOTT, 1995, p. 71). O problema não está nas palavras, mas nas formações discursivas que transpassam por elas e que operam na constituição das subjetividades provenientes da experiência da surdez.

Quanto à noção de experiência, é preciso entender que ela adquire uma elaboração propriamente foucaultiana quando passa a ser entendida como uma forma histórica de subjetivação. Pensar a surdez, desde essa perspectiva, significa assumir que, a partir dela, é possível fazer e dizer coisas sobre determinados indivíduos que a ela são relacionados. A subjetivação, nesse sentido, é pensada como “o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, mais precisamente de uma subjetividade, que [...] não passa de uma das possibilidades dadas de organização de uma consciência de si” (FOUCAULT, 2004, p. 262). Assumida como uma experiência, a

surdez pode ser entendida como uma forma de constituir sujeitos surdos, subjetividades surdas, modos bem específicos de ser e de se relacionar em um mundo regulado por normas audistas.

A experiência, sob esse ponto de vista, é constituída historicamente por um conjunto de práticas por meio das quais os indivíduos são levados a olhar para si mesmos e a reconhecerem-se como sujeitos. Pensando a surdez desse modo, é possível entender a identidade surda, por exemplo, como uma categoria simbólica que oferece condições para que um indivíduo reconheça-se como surdo. Contudo, para afirmarmos a surdez como uma experiência, é preciso entender que Foucault (2010) procurou analisar o que chamou de *focos* ou *matrizes de experiência* a partir da correlação de três eixos que constituem uma experiência: “o eixo da formação dos saberes, o eixo da normatividade dos comportamentos e, enfim, o eixo da constituição dos modos de ser do sujeito” (FOUCAULT, 2010, p. 41).

Focaremos a discussão nessa correlação entre os eixos saber, poder e ética, que constituem a surdez como uma matriz de experiência mais tarde. É importante, agora, definir conceitualmente, ainda que de modo breve, a grade de inteligibilidade pela qual consideramos ser possível interpretar como os surdos agem sobre si a partir da regulação de seus comportamentos e das verdades produzidas sobre eles.

2. Aproximar a surdez da norma para governá-la

Para ser possível pensar a constituição da surdez como uma matriz de experiência, é necessário entender a lógica na qual estão inscritas as coisas que são feitas e ditas sobre a surdez, isto é, as práticas relacionadas com a surdez. Duas noções são fundamentais para se pensar isso: a governamentalidade e a normalização.

A governamentalidade pode ser entendida como o resultado de um processo de governamentalização do Estado. Este, ao se

constituir de instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas, pode estabelecer uma forma específica e complexa de exercer o poder sobre a população por meio da economia política e de dispositivos de segurança. Tal processo é possibilitado pela crise do poder pastoral, nos séculos XV e XVI, um tipo de “poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território” (FOUCAULT, 2008, p. 173).

Ao assumirmos a governamentalidade como uma grade de inteligibilidade, é possível entender todos esses procedimentos atuando na transformação do indivíduo surdo em um sujeito governável. Desse modo, compreendemos também a centralidade ocupada pela educação nessa grade: ao ser responsável por agir sob a ação do aluno, buscando criar mudanças em seu comportamento, a escola é uma instituição importante à governamentalidade e que coloca em operação o poder normalizador. Sem a pretensão de encontrar o momento exato em que a surdez se inscreve na governamentalidade, entendemos que é possível pensar em pontos de emergência dessa inscrição, que, para nós, é imanente à emergência da educação de surdos.

A natureza educável do surdo, nesse sentido, é uma empreitada possibilitada pela conjuntura da modernidade (LOPES, 2004). Entendemos a modernidade como um “conjunto de transformações culturais, econômicas, sociais e políticas que tiveram início nos séculos XVI e XVII” (NOGUERA-RAMÍREZ, 2011, p. 20). O ideal de sujeito moderno, portanto, tem como base o resgate da condição humana por meio de sua natureza educável. Desse contexto, portanto, emerge uma noção de educabilidade até então não atribuída aos surdos. É possível, desse modo, localizar a escola como uma conveniente instituição para o estabelecimento “da manutenção da ordem social e da classificação dos sujeitos de acordo com as normas criadas para se dizer desses” (LOPES, 2004, p. 33-34).

Essa preocupação com as condutas, os pensamentos e as expressões assumidas como problemáticas ou perigosas torna-se

uma condição de possibilidade para a emergência de uma noção de normalidade (ROSE, 2011). No que interessa a este trabalho, para estabelecer uma normação, a norma define quem é ouvinte e quem é surdo, quem é saudável e quem é doente, quem é eficiente e quem é deficiente. Ao contrário disso, a normalização parte dessas definições para estabelecer qual é a norma e tentar aproximar as atribuições de normalidade consideradas desfavoráveis às atribuições favoráveis. Essa é a lógica que sustenta a tentativa de transformar, até meados do século XX, surdos-mudos em pessoas que, apesar de não ouvirem, fossem capazes de falar e ler lábios. O surdo capaz de falar passa a ser uma evidência do sucesso da normalização.

A noção de educabilidade atribuída aos surdos carrega um propósito normalizador. A normalização de surdos pode ser pensada como efeito das relações de poder exercidas em distintas instituições sociais, mas a centralizaremos no lugar da escola. Não apenas por ser uma instituição comprometida com a educação, mas principalmente porque tomamos a educação como mote para pensar as condições nas quais foi possível fazer da surdez uma forma histórica de subjetivação. É a partir da escola que podemos traçar a descrição da correlação dos três eixos que constituem a surdez, uma vez que, para educar os surdos, isto é, para que fosse estabelecida uma normatividade de seus comportamentos, foi preciso produzir saberes sobre eles e, assim, possibilitar que eles assumam alguns modos de ser.

3. Saber, poder e ética: os três eixos da experiência da surdez

É possível analisar práticas relacionadas com cada um dos três eixos que constituem a experiência da surdez. Entendemos que a realização dessa análise, para cada eixo, constitui um trabalho extenso e cuidadoso. Nessa discussão, portanto, não pretendemos realizar uma análise, mas mostrar de que modos isso é possível ser

feito a partir de práticas relacionadas com a formação de saberes sobre a surdez e os surdos (saber), com a normatividade de seus comportamentos (poder) e com os seus modos de ser (ética). Uma análise aprofundada foi produzida anteriormente como parte de uma pesquisa maior desenvolvida a partir da análise de materiais que compõem o acervo do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), no Rio de Janeiro. Naquela pesquisa, excertos de documentos, tais como relatórios e reportagens sobre o Instituto, relatórios estatísticos e manuais de educação de surdos, possibilitaram pensar a surdez como uma matriz de experiência que conjuga as práticas citadas anteriormente (WITCHES, 2014).

Os mais antigos saberes produzidos sobre os surdos e a surdez de que se tem conhecimento datam de cerca de 1.000 anos antes de Cristo, com as categorizações feitas pelos hebreus no Talmude sobre as diferenças entre surdos, surdos-mudos entre outros (CARVALHO, 2007). Entendemos, contudo, que é a partir da conjuntura da Modernidade que a proliferação desses saberes aumenta. Sobretudo, é a partir da necessidade de normalizar surdos, para que seja possível governá-los, que os saberes sobre a surdez passam a crescer consideravelmente.

A atenção dada aos surdos, para fins de normalização, concentrava-se na boca e não nos ouvidos, o que evidencia um foco dado à mudez. Nesse sentido, de autoria do padre espanhol Juan Pablo Bonet, *Reduccion de las letras, y arte para enseñar a ablar los mudos*, publicado em 1620, é considerado o primeiro livro sobre educação de surdos no século XVII (ROCHA, 2008). Esse manual compõe um conjunto inicial de empreendimentos na formação de saberes que demonstrariam serem falsas as ideias acerca da incapacidade dos surdos de desenvolver linguagem e de aprender.

O avanço da medicina – diretamente relacionado com a prevenção de doenças possibilitadas pela superlotação das cidades e pelas precárias condições de vida da classe operária no século XIX – coloca esse campo de saber em um sólido patamar difícil de ser refutado. Os argumentos médicos, nesse sentido, foram funda-

mentais para a legitimação das decisões que favoreceram o método oral puro na educação de surdos. Foram produzidos, portanto, saberes que associaram diversos transtornos de saúde à surdez. Apesar disso, a percepção de que os surdos são capazes de ingressar na esfera produtiva possibilitou à medicina empreender infinitos recursos para minimizar ou reverter os efeitos da surdez. No desenvolver do entendimento de que a surdez precisava ser conhecida, administrada e controlada, emerge a noção de deficiência auditiva.

Da necessidade de normalizar comportamentos dos surdos produzem-se saberes sobre estes; saberes que se direcionam para o desenvolvimento de outras normativas de comportamentos dos surdos. Evidencia-se, então, a mútua relação entre saber e poder. A partir do que se sabe sobre a surdez, criam-se estratégias para erradicá-la como se fosse uma doença, assim como também para remediá-la por meio de procedimentos como o da aquisição da fala e do aproveitamento de resíduo auditivo.

O atravessamento do olhar clínico na educação de surdos contribui para a produção de uma subjetividade constituída de noções de deficiência: as práticas médicas diagnosticavam a surdez como contribuinte do desenvolvimento de uma série de doenças, sobretudo pulmonares, que poderiam ser evitadas se os surdos usassem livremente seus pulmões por intermédio do ato da fala (THOMPSON, [1880] 2011). Os argumentos clínicos fornecem, desse modo, a sustentação para a defesa do método oral, “não visando apenas propósitos educacionais, mas sim objetivando uma melhora no nível de saúde entre os doentes” (THOMPSON, [1880] 2011, p. 135). Toda essa relação clínica estabelecida com a surdez coloca o surdo a pensar-se como deficiente; como alguém que precisa recuperar-se e que exerce um modo de ser distante da normalidade.

O campo da Educação Especial, então, opera diretamente “no gerenciamento dos alunos surdos, que, sendo tomados como indivíduos ‘propensos’ ao risco, passam a requerer medidas de contenção, de forma a prevenir possíveis perigos à sociedade” (MOR-

GENSTERN, 2009, p. 42). Isso significa que a educação de surdos, ao ser inscrita no campo da Educação Especial, reverbera, mesmo em suas práticas contemporâneas, o entendimento de surdo como indivíduo a corrigir e normalizar. Nem sempre, contudo, os saberes médicos se mantiveram soberanos nas práticas de governo. A emergência das ciências psicológicas pode ser relacionada com os programas de gerenciamento de áreas crescentes da vida econômica e social nos territórios nacionais políticos da Europa e da América do Norte do fim do século XIX e início do século XX (ROSE, 2011).

Assim, observa-se o deslocamento da influência médico-clínica na Educação Especial para dar lugar aos saberes *psi* em meados do século XX. Esse “olhar psicologizante, capaz de predizer quem são os alunos com deficiência e até onde eles poderão evoluir em suas aprendizagens, passou a embasar de forma determinante as práticas das instituições especializadas” (MENEZES, 2011, p. 24). Operar com a noção de deficiência, portanto, foi fundamental para que a educação passasse a analisar, observar, diagnosticar e identificar os sujeitos que precisariam ser submetidos às práticas de correção e reabilitação.

Passa-se então a testar o nível de inteligência dos surdos. Na medida em que surdos são classificados de acordo com sua inteligência, resíduo auditivo e capacidade de articulação da fala, a educação de surdos reorganiza sua estrutura curricular. Isto é, um conjunto de regras, procedimentos, técnicas, dentre outras organizações inerentes à educação de surdos passam a ser colocados em operação para o disciplinamento dos corpos surdos, visando aproximá-los da normalidade.

Entendemos que esses não são os únicos saberes nem as únicas normativas a estabelecer um modo de ser surdo associado à noção de deficiência auditiva. Mais recentemente, a noção de identidade surda tem servido para a constituição de uma subjetividade que abarca um modo de ser surdo que ultrapassa a noção de deficiência e se vincula a uma noção de diferença cultural. Essa noção de

diferença está relacionada com grupos que se opõem a normas e crenças dominantes ou convencionais. Uma noção que Burbules (2006) denomina *diferença contra* é

[...] uma forma de crítica, de questionamento, à medida que os pressupostos e lacunas de um discurso dominante voltam a refletir nela por contraste com um discurso e série de experiências muito alheios a ela. Representa uma reação direta ao “pluralismo”, no sentido em que este é normalmente compreendido; a diferença constitui uma “oposição” às normas e valores de uma sociedade dominante, não apenas uma incorporação (BURBULES, 2006, p. 177).

Assim, tem-se o grupo compreendido por surdos que se declara diferente em oposição às normas estabelecidas a partir dos que ouvem. Os surdos, em comunidade, se posicionam de forma crítica diante dos discursos pautados pela norma ouvinte; eles invertem a lógica e operam com o que se tornou uma normalidade surda. Uma normalidade que, inclusive, define quem é e quem não é surdo, mesmo que não seja ouvinte.

A partir da normalidade surda, regula-se uma identidade: uma identidade cultural que produz outra possibilidade aos surdos, que reinventa um modo surdo de ser pautado pela noção de diferença cultural. Essa reinvenção, contudo, tem seu respaldo na vida em comunidade. É “entre sujeitos semelhantes de uma mesma comunidade que os surdos são capazes de se colocar dentro do discurso da diferença cultural” (LOPES, 2007, p. 71). A comunidade é, portanto, fundamental para o processo de legitimação da identidade surda.

No caso dos surdos, há uma estreita relação entre a comunidade e a escola. Harlan Lane (1992, p. 31) diz que, quando perguntados de onde são, “os surdos normalmente respondem recorrendo ao nome da escola [...] a qual foi por eles frequentada”. Ou seja, a centralidade da escola, no discurso que institui a diferença por meio da comunidade e da identidade, passa a ser fundamental para que outras formas de regulação social sejam estabelecidas. A escola se

evidencia importante, no que diz respeito à comunidade surda, uma vez que se percebe a existência do movimento de resistência à inclusão de surdos em escolas regulares. Um movimento que reivindica o direito de os surdos permanecerem em uma escola própria à sua diferença linguística; uma escola que, para eles, ofereça condições para a identidade surda ser constituída e a cultura surda preservada.

Nesse entendimento, é estabelecido que uma diferença constitui os surdos, uma diferença que possibilita outra posição de sujeito a eles. Essa posição se sobrepõe – em determinados espaços e tempos, mas não definitivamente – à lógica dos discursos clínicos em relação à surdez, e pode ser entendida como uma inversão epistemológica do lugar da deficiência auditiva. Essa perspectiva “vem proteger, socorrer, subverter essa natureza deficiente da surdez” (GOMES, 2011, p. 130). O entendimento de surdo como diferente ressignifica e coloca esse sujeito no âmbito do que é cultural.

Como condição, a produção de saberes sobre a diferença surda tem afetado, sobretudo, a conversa educacional, isto é, a normatividade dos comportamentos dos surdos. Ela é evocada quando se discute sobre o uso da língua escrita ou sobre estratégias de ensino que privilegiem o visual; pauta o debate entre as políticas de inclusão e o movimento surdo; constitui argumentos contra intervenções médico-terapêuticas; confere graus de legitimidade à cultura surda. Instaura-se todo um outro modo de ser surdo.

Esse modo de ser surdo, pautado pelas noções de identidade e diferença cultural, é correlacionado com saberes e normativas que o inventam, que o determinam histórica e socialmente. É importante reiterar, nesse caso, que não temos intenção de ser contra a surdez entendida como uma diferença cultural e linguística. Não se trata também de discutir sobre a existência ou não de uma cultura surda. Entender deste modo requer que a cultura dos surdos seja assumida como uma verdade. Entendê-la como uma verdade é que nos permite problematizá-la.

Nesse caso, é preciso entender que a produção de saberes que se encontram sob o rótulo dos Estudos Culturais possibilita um esmaecimento da epistemologia monocultural. Esses saberes podem ser pensados como a desconstrução de uma herança da pesquisa antropológica e uma busca de compreender as metamorfoses da noção de cultura na última metade do século XX. A cultura, nessa nova abordagem, deixa “de ser domínio exclusivo da erudição, da tradição literária e artística, de padrões estéticos elitizados e passa a contemplar, também, o gosto das multidões” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 36).

A noção de cultura, pós-virada cultural, deixa de ser singularizada e passa a ser pluralizada. Assim, no que se refere à diversidade cultural, as discussões contemporâneas não se restringem à cultura dos guaranis, à cultura dos povos esquimós ou à da tribo africana Himba, culturas de interesse de antropólogos no início do século XX. Isso significa que a ideia de diversidade cultural tem se multiplicado com a crescente possibilidade de se falar sobre culturas como a cultura popular, a cultura negra, a cultura gay, a cultura digital e, também, a cultura surda.

Nos trabalhos sobre surdos, o uso que se faz dessa noção, de acordo com José Magnani (2007, s/p), “é esquemático, descritivo e sobretudo político”. Para o autor, o uso de “cultura” não vai além de um nível pragmático, que apenas tangencia a discussão feita no campo da Antropologia. Ainda sobre a questão da cultura surda, uma caracterização é estabelecida a partir do que se considera serem valores culturais que constituem o comportamento dos surdos e o que eles acreditam, tais como a língua de sinais, as histórias, a literatura sobre surdos, o uso do olhar etc. (MAGNANI, 2007).

A produção de saberes sobre surdos, desde essa perspectiva cultural, constitui os estudos surdos em educação. Esse campo é definido por Carlos Skliar (2010):

[...] como um território de investigação educacional e de proposições políticas que, através de um conjunto de concepções linguísticas, culturais, comunitárias e de identidades, definem uma particular apro-

ximação – e não uma apropriação – com o conhecimento e com os discursos sobre a surdez e sobre o mundo dos surdos (SKLIAR, 2010, p. 30).

A inauguração dessa compreensão no que diz respeito aos surdos pode ser pensada a partir do trabalho do linguista norte-americano William Stokoe. Considerado um marco linguístico e utilizado como baliza de um antes e depois na história dos surdos: o reconhecimento da língua de sinais na década de 1960. “Em contraposição a Saussure – que acreditava que a língua de sinais se tratava de um sistema semiótico elaborado” (LOPES, 2007, p. 24) –, Stokoe, juntamente com seus colaboradores, identificou que a comunicação por sinais usada pelos surdos norte-americanos possuía características que sustentavam o conceito de língua.

Essa mudança de concepção linguística possibilitou condições para pensar os surdos como um grupo linguisticamente diferente e, portanto, culturalmente diferente, uma vez que o modo de se comunicar, o uso feito da língua, seja considerado determinante no que diz respeito à identidade surda. Conforme Débora Campos e Marianne Stumpf (2012, p. 177), pertencer “à cultura surda implica dominar, em maior ou menor grau, a língua de sinais que caracteriza o grupo ao qual aquele surdo se integra”. Essa afirmação complementa o que Augusto Schalleberger (2011) escreve sobre a situação em que os surdos exploram sua língua e seus traços identitários. Segundo o autor, essa situação pode ser entendida como “a própria construção da identidade e afirmação da cultura” (SCHALLEMBERGER, 2011, p. 118).

Entendemos que esses saberes sobre a surdez relacionados com a normatividade dos comportamentos no âmbito da educação de surdos subsidiam a possibilidade de a surdez, como matriz de experiência, produzir subjetividades pautadas tanto por uma noção de diferença cultural quanto pela de deficiência auditiva.

Considerações finais

Ao longo desta discussão, tentamos propor entender a surdez como uma matriz de experiência. Para tanto, foi necessário mostrar como ela foi inscrita na lógica da governamentalidade, de modo que a possibilidade de normalizar surdos tornasse eficiente o governo sobre esses sujeitos. Também mostramos como acontece a articulação de práticas relacionadas com a formação de saberes sobre a surdez e os surdos, com a normatividade de seus comportamentos e com os seus modos de ser – os três eixos que sustentam a análise de uma matriz de experiência.

É possível afirmar que a surdez, como matriz de experiência, é constituída de alguns tons, concepções ou discursos que, ao longo de sua existência, tenham sofrido algumas modificações que nos impedem de descrever essa experiência como se abarcasse um único e heterogêneo bloco de sujeitos. Isso significa entender que há inúmeras formas de subjetivação em operação sobre a materialidade do corpo com surdez (LOPES, THOMA, 2013).

Neste trabalho, destacamos o que podem ser duas as noções que constituem as subjetividades resultantes dessa matriz de experiência; dois diferentes modos como os surdos, historicamente, foram e são vistos pelos outros e por si mesmos. A ideia de ser surdo é contrária à ideia de ser deficiente auditivo. Enquanto a primeira é caracterizada como uma diferença cultural, a segunda está alojada no campo discursivo da medicina clínica; é terapêutica, reabilitadora.

Importa saber que ambas as noções são construídas historicamente. Com essa sistematização, não queremos estabelecer que estas sejam as únicas noções que constituem a surdez como matriz de experiência. Também não consideramos que tais noções sejam estanques, mas sim sobrepostas entre si e distinguidas ao longo de um gradiente. Sobretudo, entendemos que essas noções podem coexistir em um mesmo tempo e espaço.

REFERÊNCIAS

- BURBULES, N. C. Uma gramática da diferença: algumas formas de repensar a diferença e a diversidade como tópicos educacionais. In: GARCIA, R. L.; MOREIRA, BARBOSA A. F. (Orgs.). *Currículo na Contemporaneidade: incertezas e desafios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 159-188.
- CARVALHO, P. V. *Breve história dos surdos – no mundo e em Portugal*. Lisboa: Surd’Universo, 2007.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H.. Estudos culturais, educação e pedagogia. *Revista Brasileira de Educação*, n. 23, p. 36-61, 2003.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, M. O retorno da moral. In: FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Ditos e escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 252-263.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *O Governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- GOMES, A. P. G. A invenção da cultura surda e seu imperativo no plano conceitual. In: KARNOPP, L. B.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.). *Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações*. Canoas: Ed. ULBRA, 2011a, p. 121-135.
- LADD, Paddy. *Understanding Deaf Culture: in search of Deafhood*. Clevedon: Multilingual Matters, 2003.
- LANE, H. *A máscara da benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
- LOPES, M. C. A natureza educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Orgs.). *A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2004, p. 33-55.
- LOPES, M. C. *Surdez & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.
- LOPES, M. C.; THOMA, A. S. Subjectivation, normalisation et constitution de l'éthos surd: politiques publiques et paradoxes contemporains. *La nouvelle revue de l'adaptation et de la scolarisation*, n. 64, p. 105-116, 2013.

- MAGNANI, J. G. C. “Vai ter música?”: para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo. *Ponto Urbe – Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, São Paulo, a. 1, versão 1.0, 2007.
- MENEZES, E. C. P. A maquinaria escolar na produção de subjetividades para uma sociedade inclusiva. 2011. 189 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.
- MORGENSTERN, J. M. Dispositivo curricular de controle: gerenciamento do risco e governamento da surdez no cenário educacional. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- NOGUERA-RAMÍREZ, C. E. *Pedagogia e governamentalidade ou da modernidade como uma sociedade educativa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- PERLIN, G. T. T. O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade. 2003. 156 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- ROCHA, S. M. *O INES e a Educação de Surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 2008.
- ROSE, N. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetivação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 2, n. 20, p. 71-99, 1995.
- SKLIAR, C. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C (Org.). *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010, p. 7-32.
- THOMPSON, E. S. A saúde dos surdos-mudos. In: KINSEY, A. A. *Atas: Congresso de Milão [de] 1880*. Rio de Janeiro: INES, 2011.
- WIEVIORKA, Michel. *A diferença*. Lisboa: Fenda, 2002.
- WITCHES, P H. A educação de surdos no Estado Novo: práticas que constituem uma brasilidade surda. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Artigo recebido em: 1 de agosto de 2015.
Artigo aprovado em: 12 de novembro de 2015.

